

Considerando que entretanto se verificou a publicação do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, que aprovou aquele regime;

Considerando as decisões recentes da comissão coordenadora do CNE que, na sequência dos resultados do debate nacional sobre educação, inscreveu a temática da formação de professores no seu programa de trabalhos para 2008;

O Conselho Nacional de Educação, na sua reunião plenária de 6 de Junho, entendeu dever acrescentar as seguintes observações sobre a matéria:

1) Mantêm-se os princípios orientadores que constavam do anteprojecto de decreto-lei, aspectos sobre os quais a apreciação elaborada pelo CNE já se pronunciou;

2) Não se apresentam alterações no sentido de assegurar a qualidade das formações previstas, em particular no caso de formações bidisciplinares (3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário);

3) São de sublinhar mudanças parciais que vão no sentido proposto pelo CNE, nomeadamente no aumento de créditos de formação (até 120) no caso da formação (2.º ciclo de Bolonha) de professores do 2.º ciclo do ensino básico (anexo, referência 4).

6 de Junho de 2007. — O Presidente, *Júlio Pedrosa*.

Declaração de voto. — Embora tendo aprovado o parecer em causa, considero que o mesmo deveria expressar de forma mais veemente o facto de 50 créditos serem insuficientes para a aquisição do conhecimento científico necessário para «didactizar» e ensinar com qualidade os alunos dos ensinos básico e secundário, mormente no que está previsto para as disciplinas de Geografia e História, tanto mais que estas ciências, embora complementares, se constituem actualmente como um *corpus* científico e metodológico muito específico. Com esta medida é de prever um abaixamento da qualidade científica e didáctica do ensino em Portugal e em especial nestas duas disciplinas. — *Emília Sande Lemos*.

Relatório n.º 11/2007

1 — Introdução — o Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão independente com funções consultivas em matéria de política educativa a quem cabe, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, promover a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente a questões educativas.

Compete ao Conselho, por iniciativa própria ou em resposta a solicitações que lhe sejam apresentadas pela Assembleia da República ou pelo Governo, emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre todas as questões educativas. Compete ainda ao Conselho publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos realizados no âmbito das suas atribuições.

Para além das habituais acções decorrentes das atribuições que a lei lhe confere, em 2006, ano em que se assinalaram os 20 anos

da Lei de Bases, o CNE viu as suas funções reforçadas com a organização do debate nacional sobre educação, para a qual foi mandatado pela Resolução n.º 4/2006, de 19 de Janeiro, da Assembleia da República.

O presente Relatório dá pública nota do conjunto de actividades desenvolvidas pelo CNE no decurso do ano de 2006, no quadro das suas competências.

2 — Actividades desenvolvidas:

2.1 — Debate nacional sobre educação — a principal actividade do Conselho, em 2006, foi o debate nacional sobre educação (DNE) que será objecto de relatório próprio. A versão preliminar do relatório final do DNE será presente a plenário do Conselho a 13 de Fevereiro de 2007.

A elaboração deste relatório será da responsabilidade de Joaquim Azevedo, no âmbito da comissão organizadora do DNE composta pelo presidente do Conselho Nacional de Educação, Júlio Pedrosa, pelo seu secretário-geral, Manuel Miguéns e pelos conselheiros António Dias de Figueiredo, Bartolo Paiva Campos, Davide Dias, Domingos Xavier Viegas, Ivo Santos, Jorge Carvalhal, Maria da Conceição Dinis, Maria Emília Brederode Santos, Maria Odete Valente, Paula Santos e Rosália Vargas.

Organizado em seis áreas temáticas (educação e cidadania; qualidade e equidade em educação; escolas, professores e outros profissionais; aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego; ciência, investigação e desenvolvimento educativo; medidas e metas), o DNE decorreu em todo o País e contou com a participação de 10 000 cidadãos interessados nas questões da educação.

O relatório a submeter a plenário será editado em formato electrónico, para permitir o acesso a todos os contributos, desde as participações no fórum *online*, às sínteses de cerca de 150 debates, nos quais intervieram mais de 500 individualidades, a depoimentos pessoais ou institucionais (45) e igualmente a 4 estudos realizados, um dos quais apresenta os resultados de um inquérito aos jovens que contou com mais de 2000 respostas.

A partir de todos estes contributos, o relatório sintetizará as principais linhas de força do debate, as questões críticas identificadas e algumas propostas que poderão contribuir para melhorar a educação nos próximos anos.

2.2 — Emissão de pareceres e recomendações:

Em 23 de Fevereiro de 2006, na 85.ª reunião do plenário, foi aprovado o parecer «Anteprojecto de proposta de lei relativo ao sistema de avaliação dos manuais escolares para os ensinos básico e secundário»;

Em 26 de Outubro de 2006, na 88.ª reunião do plenário, foi aprovado o parecer interno «O estatuto e a missão do Conselho Nacional de Educação».

No quadro I sumaria-se o tema e nomes dos relatores dos pareceres, bem como os resultados das respectivas votações em plenário:

QUADRO I
Pareceres 2006

Pareceres	Assunto	Conselheiro(a) relator(a)	Votos		
			A favor	Contra	Abstenção
N.º 1	Anteprojecto de proposta de lei relativo ao sistema de avaliação dos manuais escolares para os ensinos básico e secundário.	Jacinto Jorge Carvalhal, Maria Paula Mayer Garção Teixeira e Maria Emília Brederode dos Santos.	25	1	3
Documento interno ...	O estatuto e a missão do Conselho Nacional de Educação.	Adriano Moreira, Amílcar José M. Arantes, Jacinto Jorge Carvalhal e Rui Alarcão e Silva.	38	0	1

A apreciação elaborada pelos conselheiros António Francisco Cachapuz e Paula Teixeira, relativa ao anteprojecto de decreto-lei sobre «Regime jurídico da habilitação profissional para a docência», mereceu a concordância das 1.ª, 2.ª e 3.ª comissões, em reunião conjunta, realizada a 13 de Dezembro de 2006.

2.3 — Organização de seminários, audições e debates — o Conselho Nacional de Educação, para além do trabalho a nível interno, quer em sede de plenário, quer de comissões especializadas permanentes ou eventuais, promove também iniciativas abertas à participação exterior. Uma das principais modalidades consiste na organização de conferências, seminários ou colóquios, em que participam membros do Conselho, em diálogo com personalidades de múltiplos sectores da

sociedade civil. Pretende-se, desta maneira, que aspectos metodológicos e resultados conceptuais da actividade interna do CNE sejam divulgados e partilhados, mas também confrontados e enriquecidos com perspectivas oriundas de outras sedes e instâncias, com outros ângulos de abordagem, conhecimentos e experiências.

Visa-se, em última análise, alargar ainda mais os espaços de reflexão e apreciação, plurais e interactivos, que caracterizam o Conselho, por forma a que se identifiquem novos problemas, se conheçam melhor outras propostas e suas consequências, e se assinalem, para além das diferenças, as linhas de convergência existentes no terreno social e educativo.

Assim, em 2006, realizaram-se 30 acções (seminários, conferências, audições e debates), a nível interno e externo, por iniciativa do CNE ou em parceria com outras instituições, integrados na actividade geral

do CNE ou no âmbito do debate nacional sobre educação, tendo estes últimos dominado o conjunto das iniciativas levadas a cabo ao longo deste ano:

	Designação e data de realização	Iniciativa	Âmbito
1	Seminário «Políticas de educação/formação: Estratégias e práticas» (7 de Fevereiro de 2006).	CNE	Geral.
2	Seminário «Educação e municípios» (21 de Fevereiro de 2006)	CNE	Geral.
3	Seminário «Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?» (29 de Maio de 2006).	CNE	DNE.
4	Seminário «Educação, ciência e tecnologia» (31 de Maio de 2006)	CNE	DNE.
5	Conferência EUNEC «Key competences and education for vulnerable groups» (19 e 20 de Junho de 2006).	CNE	DNE.
6	Debate «Que organização escolar poderá melhorar o processo educativo?» (20 de Junho de 2006).	CNE	DNE.
7	Seminário «A aprendizagem ao longo da vida e os desafios do emprego» (21 de Junho de 2006).	CNE	DNE.
8	Debate «Ciência, investigação e desenvolvimento educativo» (22 de Junho de 2006).	CNE	DNE.
9	Debate «Educação e formação para a cidadania: Como se repartem as responsabilidades entre as sociedades e a escola?» (22 de Junho de 2006).	CNE	DNE.
10	Debate «Qualidade e equidade na educação» (22 de Junho de 2006)	CNE	DNE.
11	Audição pública (12 de Julho de 2006)	CNE	DNE.
12	Audição pública (20 de Julho de 2006)	CNE	DNE.
13	Audição pública (20 de Setembro de 2006)	CNE	DNE.
14	Sessão de apresentação dos resultados da fase piloto de avaliação externa de escolas (9 de Outubro de 2006).	CNE	DNE.
15	Audição «Reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas» (11 de Outubro de 2006).	CNE	DNE.
16	Audição pública (13 de Outubro de 2006)	CNE	DNE.
17	Audição «Diversificação das ofertas de formação» (25 de Outubro de 2006)	CNE	DNE.
18	Tertúlia «A Integração dos Descendentes de Imigrantes no Sistema Educativo Português» (26 de Outubro de 2006).	Conjunta com o ACIME	DNE.
19	Seminário «Motivação dos jovens portugueses para a formação em ciências e em tecnologia» (8 de Novembro de 2006).	CNE	DNE.
20	Audição «Novas oportunidades para novos públicos no ensino superior» (14 de Novembro de 2006).	CNE	DNE.
21	Seminário «Equidade na educação: Prevenção de riscos educativos» (16 de Novembro de 2006).	CNE	DNE.
22	Seminário «De olhos postos na educação especial» (22 de Novembro de 2006)	Cojunta com a ACAPO	DNE.
23	Seminário «Ensino e qualificação das pessoas: Preparar os jovens para a vida activa» (28 de Novembro de 2006).	Conjunta com CIP e CCP	DNE.
24	Conferência internacional «Educação das crianças dos 0 aos 12 anos — Estrutura e organização da educação de infância e básica» (4 de Dezembro de 2006).	CNE	DNE.
25	Seminário «Ciência, autarquias e desenvolvimento educativo» (5 de Dezembro de 2006).	CNE	DNE.
26	Audição «Os meios de comunicação social e a aprendizagem ao longo da vida» (6 de Dezembro de 2006).	CNE	DNE.
27	Seminário «O Processo de Bolonha nas Forças Armadas — Pretexto para uma reforma necessária?» (7 de Dezembro de 2006).	Conjunta com SEDAM	DNE.
28	Workshop «Estrutura e organização da educação de infância e básica» (11 de Dezembro de 2006).	CNE	DNE.
29	Seminário «Estatuto Jurídico das Instituições de Ensino Superior» (11 de Dezembro de 2006).	Conjunta com ISCTE/CIPES/CNE	DNE.
30	Seminário «Governo e gestão das organizações escolares» (12 de Dezembro de 2006).	CNE	DNE.

O programa e os participantes de cada uma destas acções encontra-se detalhado no anexo I.

2.4 — Estudos de investigação:

a) No âmbito da colaboração estabelecida entre o CNE e a Fundação Calouste Gulbenkian, e com o apoio financeiro desta Fundação, prosseguiu em 2006 o seguinte projecto de investigação — «Motivação dos jovens portugueses para a formação superior em Ciências e Tecnologias: atitudes, expectativas e suportes contextuais subjacentes às escolhas dos cursos científico-tecnológicos por parte dos estudantes do 1.º ano do ensino superior» — realizado pelo Núcleo de Orientação Escolar e Profissional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob coordenação da Prof.^a Doutora Lígia Mexia Leitão.

Esta investigação teve como objectivo principal recolher informação actualizada e fidedigna sobre as motivações que estão associadas ou condicionam as escolhas dos cursos científico-tecnológicos por parte dos estudantes do ensino superior, universitário e politécnico; um segundo objectivo desta investigação consiste em organizar os dados recolhidos tendo em vista o *design* de modalidades de informação escolar e profissional mais eficazes, flexíveis e adequadas, quer à matriz dos perfis de inspiração educativa, quer às necessidades sociais de formação nas áreas científico-tecnológicas, realizando-se a sua divulgação através de seminário que teve lugar a 8 de Novembro;

b) No âmbito do protocolo celebrado entre o CNE e o Instituto Politécnico de Tomar (Escola Superior de Tecnologia de Abrantes — ESTA), tendo em vista a realização de um plano estratégico de comunicação para o debate nacional sobre educação (DNE), bem como a concepção e realização de *spots* de publicidade institucional. O referido plano destinou-se, por um lado, a promover o envolvimento dos *media* no DNE organizado pelo CNE e, por outro, a registar, através de entrevistas e de depoimentos, o contributo de diversas individualidades que se têm destacado na sociedade portuguesa;

c) No âmbito do protocolo celebrado entre o CNE e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sobre questões relacionadas com políticas educativas, estrutura, funcionamento e gestão do sistema educativo e das diversas componentes, assim como a promoção de acções de estudo, debate e formação superior de recursos humanos, nos planos científico, técnico e profissional. Visou a realização de um estudo sobre os indicadores de funcionamento e desempenho do sistema educativo português (1986-2005), incluindo a sua compilação e análise, bem como a compilação e análise crítica das explicações propostas na literatura da especialidade relativamente aos indicadores de desempenho. O referido estudo «Indicadores do sistema educativo português (INSISTE) — 1986-2006 — 1.º ciclo do ensino básico», sob a coordenação do Prof. Doutor Rui Santos destinou-se a informar o debate

nacional sobre educação, organizado pelo CNE, e as respectivas conclusões;

d) No âmbito do protocolo celebrado entre o CNE e a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, sobre questões relacionadas com políticas educativas, estrutura, funcionamento e gestão do sistema educativo e das suas diversas componentes, com o objectivo de um estudo «A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação», sob a coordenação do seu presidente, Prof. Doutor José Augusto de Brito Pacheco, e pelos Profs. Doutores Licínio Lima, Manuela Esteves e Rui Canário, destinado a enriquecer o debate nacional sobre educação (DNE), pelo qual se procedeu ao levantamento dos trabalhos científicos realizados em Portugal nos últimos 20 anos, em matéria de investigação educacional, com especial enfoque nas áreas da administração educacional, currículo, formação de professores e educação não formal, bem como à apreciação crítica das suas conclusões;

e) No âmbito do DNE, o documento «Lei de Bases do Sistema Educativo — 1986-2006 — Linhas para uma revisão da lei», da autoria do mestre José Matias Alves, teve como objectivo realizar uma análise prospectiva dos 20 anos da Lei de Bases. Partindo dos principais normativos e das publicações mais relevantes, desde 1986, propõe um roteiro de análise e problematização das questões relativas à Lei de Bases. O texto apresentado identifica os eixos estruturantes da referida lei e as alterações registadas. Para além de perceber os avanços políticos e estruturais, assinala os desafios que se colocam ao ciclo de desenvolvimento que se segue.

2.5 — Cooperação com outras entidades — o CNE, no decurso de 2006, prosseguiu as suas formas de colaboração com outras entidades, tanto a nível nacional, como internacional.

2.5.1 — A nível nacional:

A) No que respeita à cooperação do CNE com outras entidades a nível nacional, cumpre destacar:

31 de Janeiro — intervenção na sessão de abertura do Encontro Nacional de Professores, da Associação Nacional de Professores, realizado na Universidade Lusíada (Lisboa);

21 de Fevereiro — seminário CNE «Educação e municípios» no Centro Cultural de Ermesinde;

24 de Fevereiro — intervenção na Conferência no INA sobre «Os desafios da educação», integrada no Ciclo de Conferências INA 2006 «Despertar para Novos Desafios» (Oeiras);

4 de Março — intervenção na sessão de abertura do XXXI Encontro Nacional das Associações de Pais da CONFAP, no Auditório da Universidade do Minho (Braga);

10 de Março — intervenção no painel «Escola, Família e Novas Comunidades Educativas» do colóquio «Desafios da organização e gestão da educação» realizado no âmbito do mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional e organizado por: Núcleo de Análise e Intervenção Educacional, Núcleo de Assistência Psicológica e de Formação de Adultos e do Centro de Psicopedagogia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Auditório da FPCE da Universidade de Coimbra);

21 de Abril — coordenação da mesa redonda «Educação superior a distância e o Processo de Bolonha» das I Jornadas Internacionais do Centro de Estudos em Educação & Inovação da Universidade Aberta — «Paradigmas educacionais em mudança» — realizado na Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa);

28 de Abril — apresentação da comunicação «Escola de parcerias — Desenvolvimento local-coesão social» nas Jornadas Pedagógicas do Pinhal 2006, organizadas pelo Centro de Formação do Pinhal em Sobreira Formosa (Preença-a-Nova);

3 de Maio — tomada de posse do reitor da Universidade Aberta;

4 de Maio — participação na conferência «University futures», organizada pelo MCTES/OCDE, na Fundação Calouste Gulbenkian;

9 de Maio — participação no debate «Educação-municípios» na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro;

12 de Maio — intervenção no painel «Escola Inclusiva» com comunicação «Educação, escola e a sociedade em que queremos viver», organizado pela CIVILIS — Associação para a Cidadania e Desenvolvimento, em Vila Nova da Barquinha;

19 de Maio — intervenção no painel II «Resultados dos Alunos, Contexto Europeu e Formação Contínua de professores» do VIII Congresso Nacional dos Centros de Formação de Associação de Escolas, no Fundão;

20 de Maio — intervenção na sessão de abertura do seminário nacional «Educação e cidadania», integrado no II Encontro da Comunidade Educativa de Avanca, organizado pela Federação Regional das Associações de Pais do Distrito de Aveiro, na Escola E. B. 2, 3 Prof. Dr. Egas Moniz (Avanca);

22 de Maio — sessão de apresentação do debate nacional sobre educação, na Assembleia da República;

23 de Maio — tomada de posse do reitor da Universidade de Lisboa;

25 de Maio — reunião de trabalho com equipa OCDE «Avaliação do sistema de ensino superior português», organizada pelo MCTES (Lisboa);

29 de Maio — seminário DNE «Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?», realizado no Fórum da Maia;

31 de Maio — seminário DNE «Educação, ciência e tecnologia», realizado no CNE;

22 de Junho — seminário DNE «Qualidade e equidade na educação», realizado nos Claustros do Instituto Politécnico de Setúbal;

23 de Junho — presença no Colóquio de Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício subordinado ao tema «Da Filosofia, da Pedagogia, da Escola», realizado na Universidade de Évora;

26 de Junho — intervenção na abertura da conferência internacional de «Literacia em Português», organizado pela CIVITAS, na Assembleia da República;

3 de Julho — intervenção no painel «Passar às Práticas» com comunicação «Nas Escolas» na apresentação do documento da «UNESCO — Década da educação para o desenvolvimento sustentável — Propostas de dinamização em Portugal», realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

11 de Julho — presença na Conferência sobre Ensino Superior, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa);

12 de Julho — audição pública DNE de José Barata-Moura, Leonor Beleza e Teodora Cardoso, no CNE;

12 de Julho — reunião com o Dr. António José Teixeira (director do *Diário de Notícias*), no DN (Lisboa);

13 de Julho — reunião com o Dr. Alcides Vieira (director de informação da SIC), no CNE;

17 de Julho — reunião com o Dr. José Frago (director de informação da TSF), na TSF;

17 de Julho — reunião com o Dr. Pedro Camacho (director da revista *Visão*), na *Visão*;

18 de Julho — presença nas Comemorações dos 50 Anos da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa);

20 de Julho — audição pública DNE de Diogo Feio e José Manuel Pura, no CNE;

5 de Setembro — Encontro de Prospectiva 2006, organizado pelo Instituto de Prospectiva, na Arrábida;

19 de Setembro — presença no colóquio sobre «A gestão das escolas», organizado pelo Grupo Parlamentar do PSD, no Hotel Tivoli (Lisboa);

20 de Setembro — audição pública DNE de Eduardo Marçal Grilo e Roberto Carneiro;

2 de Outubro — presença na iniciativa DNE da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura no Instituto Português da Juventude (Braga);

9 de Outubro — intervenção na sessão de abertura da iniciativa DNE «Educação e autarquias», promovida pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, realizada no Centro Cultural de Paredes de Coura;

9 de Outubro — intervenção na abertura da Sessão de Apresentação dos Resultados da Fase Piloto de Avaliação Externa de Escolas, organizada pelo Ministério da Educação, no CNE;

11 de Outubro — presença na iniciativa DNE no Centro de Ciência Viva (Aveiro);

13 de Outubro — audição pública DNE de João Preença (UGT) e Manuel Carvalho da Silva (CGTP-IN);

14 de Outubro — intervenção na sessão de abertura da iniciativa DNE — seminário «Qualidade em educação e cidadania» — promovida em parceria pela FERSAP e Câmara Municipal da Moita, no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo (Baixa da Banheira);

15 de Outubro — intervenção na sessão de encerramento da iniciativa DNE da AJUDE — I Congresso Nacional de Combate ao Insucesso Escolar, em Resende;

18 de Outubro — presença na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra;

18 de Outubro — intervenção na iniciativa DNE promovida pela Federação Académica do Porto na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

20 de Outubro — intervenções nas sessões de abertura e encerramento da iniciativa DNE promovida pela Câmara Municipal de Odemira;

24 de Outubro — presença na iniciativa DNE da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura no Auditório da Biblioteca Municipal de Beja;

25 de Outubro — intervenção no painel «O Processo de Bolonha» do seminário «O Processo de Bolonha» promovido pelo Conselho Nacional da Juventude, na Universidade do Minho;

26 de Outubro — presença na Conferência Gulbenkian sobre «Que valores para este tempo?», na Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa);

28 e 29 de Outubro — presidência de júri de avaliação das candidaturas ao Programa Escolhas (Vimeiro);

31 de Outubro — intervenção na sessão de abertura da iniciativa DNE, promovida em parceria pela Câmara Municipal de Oeiras e Centro de Formação de Associação de Escolas «Formar para educar», no Auditório Municipal Ruy de Carvalho (Centro Cívico de Carnaxide);

31 de Outubro — presença na iniciativa DNE da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura no Centro Nacional de Exposições (Santarém);

3 de Novembro — participação na mesa do painel «Contributos da Sociedade Civil para a Saúde I» no Fórum Nacional de Saúde, realizado nos Hospitais da Universidade de Coimbra;

6 de Novembro — dinamizador convidado da iniciativa DNE «Educação e Cidadania — Qual o papel dos pais?» promovido pela CIVITAS Aveiro, no Auditório da Escola Básica Integrada 1, 2, 3 com Jardim-de-Infância de Pardilhó;

7 de Novembro — presença no lançamento da obra *Adimplenda est Bolonia! É preciso cumprir Bolonha!* na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa);

7 de Novembro — intervenção «A Lei de Bases do Sistema Educativo e a Educação de Infância» no debate «Qualidade e equidade em educação de infância» da Associação de Profissionais de Educação de Infância, realizado no auditório do ISLA (Lisboa);

8 de Novembro — Seminário DNE sobre «Motivação dos Jovens para a Formação em Ciências e em Tecnologia», realizado no Conselho Nacional de Educação.

16 de Novembro — seminário DNE sobre «Equidade na educação: Prevenção de riscos educativos», realizado no Conselho Nacional de Educação;

17 de Novembro — intervenção na sessão de abertura da iniciativa DNE «Casinhas azuis, garagens cor-de-rosa? — Questões de género no pré-escolar», promovida pela Escola Superior de Educação de Santarém e pela Delegação de Santarém do Instituto Português da Juventude, na Escola Superior de Educação de Santarém;

21 de Novembro — intervenção na sessão de abertura da iniciativa DNE da Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEÉP), realizada no Centro Pastoral Paulo VI (Fátima);

22 de Novembro — presença na sessão de apresentação pública «Garantia de qualidade do ensino superior em Portugal: Avaliação e recomendações para um futuro sistema» elaborado pela ENQA (Associação Europeia para a Garantia de Qualidade no Ensino Superior) para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no Centro Cultural de Belém (Lisboa);

22 de Novembro — intervenção na sessão de abertura do seminário DNE «De olhos postos na educação especial», promovido pela Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAP) e pelo Conselho Nacional de Educação;

24 de Novembro — presença na iniciativa DNE «Qualidade e equidade na educação», promovida pela Associação Nacional de Professores, jornal *Ensino Magazine* e semanário *Reconquista*, na Escola Superior de Educação de Castelo Branco;

27 e 28 de Novembro — participação nas mesas redondas da conferência FCG «Educação, inovação e desenvolvimento», na Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa);

29 de Novembro — intervenção no painel «Implementação do Processo de Bolonha em Portugal — Um Novo Paradigma de Ensino e Tecnologia na Área da Engenharia» na iniciativa DNE da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto, no ISEP (Porto);

30 de Novembro — intervenção na iniciativa DNE — conferência de cidadãos «Educação e cidadania», promovido pela Câmara Municipal de Torres Vedras;

4 de Dezembro — conferência internacional DNE «Educação das crianças dos 0 aos 12 anos — Estrutura e organização de educação de infância e básica», no Conselho Nacional de Educação;

4 de Dezembro — intervenção no seminário DNE «Acesso ao ensino superior: Equidade e empregabilidade», organizado em parceria com o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, na Reitoria da Universidade do Porto;

5 de Dezembro — intervenção na sessão de abertura do seminário DNE «Ciência, autarquias e desenvolvimento educativo», promovido em parceria com a Câmara Municipal de Portalegre, em Portalegre;

7 de Dezembro — intervenção na sessão de abertura do seminário DNE «O Processo de Bolonha nas Forças Armadas — Pretexto para uma reforma necessária?», promovido em parceria com a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, no Conselho Nacional de Educação;

11 de Dezembro — intervenção no seminário DNE «Estatuto Jurídico das Instituições de Ensino Superior», organizado em parceria pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa);

12 de Dezembro — intervenção na sessão de abertura e moderação do painel «Governo e Gestão das Instituições de Ensino Superior»

do seminário DNE «Governo e gestão das instituições de ensino superior», no Conselho Nacional de Educação;

13 de Dezembro — presença na iniciativa DNE «Visões de futuro para Aveiro: Desafios locais de educação», promovida pelo Gabinete de Estudos Novas Fronteiras para Aveiro, no Centro Cultural e de Congressos (Aveiro);

14 de Dezembro — presença na sessão de apresentação pública do relatório de avaliação do sistema do ensino superior português (OCDE), no Centro Cultural de Belém (Lisboa);

14 de Dezembro — dinamizador convidado da iniciativa DNE «Educação e cidadania — Qual o papel dos pais?», promovido pela CIVITAS Aveiro, na Biblioteca da Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Mário Sacramento (Aveiro);

20 de Dezembro — intervenção na iniciativa DNE «Aprendizagem ao longo da vida e os desafios do emprego — Educação/formação: Que percursos?», promovido pela Junta Metropolitana do Porto, no Fórum da Maia;

2.5.2 — A nível europeu — o Conselho Nacional de Educação continuou a acompanhar, participar e intervir nas reuniões da Rede Europeia dos Conselhos de Educação (EUNEC);

18 de Junho — reunião do comité executivo da EUNEC (European Network of Educational Councils);

19 e 20 de Junho — EUNEC Conferência «Key competences and education for vulnerable groups», realizada no CNE.

2.6 — Publicações editadas pelo Conselho — as publicações editadas pelo Conselho visam registar e divulgar as principais actividades desenvolvidas. Em 2006, foi feita a publicação *Pareceres CNE 2005*, inserida na série «Pareceres e Recomendações».

Um conjunto importante de textos está praticamente preparado para publicação, mas a concentração de esforços nas realizações do debate nacional sobre educação remeteu a impressão destas edições para o início de 2007.

3 — Estrutura organizativa:

3.1 — Composição do Conselho Nacional de Educação — eis as alterações verificadas, na composição do Conselho Nacional de Educação, ao longo do ano de 2006:

Bártolo Paiva Campos, designado pelo Governo, tomou posse em 5 de Janeiro de 2006;

Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas, designado pelas organizações sindicais (UGT), tomou posse em 5 de Janeiro de 2006, substituindo Joaquim João Martins Dias da Silva;

Pedro Augusto Benrós d'Almeida Freire, designado pelas organizações patronais (CCP), tomou posse em 5 de Janeiro de 2006, substituindo Ana Teresa Garcia Perloiro;

Mário Rui da Silva Mota, designado pela Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, tomou posse em 5 de Janeiro de 2006;

Francisco Caneira Madelino, designado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), tomou posse em 5 de Janeiro de 2006;

Asésio Pato de Carvalho, designado pelo conselho dos laboratórios associados (CLE), tomou posse em 5 de Janeiro de 2006;

Paulo Alexandre Fernandes V. Simões Caldas, designado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tomou posse em 2 de Fevereiro de 2006, substituindo Silvino Manuel Gomes Sequeira;

Maria da Conceição Alves Pinto, designada para novo mandato pelas associações sindicais de professores (FNE), tomou posse em 2 de Fevereiro de 2006;

Jorge Miguel Luz Marques da Silva, designado pelas associações científicas (FEPASC), tomou posse em 2 de Fevereiro de 2006, substituindo Sérgio Miguel Grácio;

José Luís Diogo de Azevedo Presa, designado pelas associações das escolas profissionais (ANESPO), tomou posse em 2 de Fevereiro de 2006;

António Costa Dias de Figueiredo, designado como elemento cooptado pelo CNE, tomou posse em 7 de Fevereiro de 2006;

António Pinto de Matos, designado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), tomou posse em 23 de Fevereiro de 2006, substituindo José Custódio Leirião;

Ivo Luís Azevedo da Costa Santos, designado pelas associações de estudantes do ensino superior politécnico, tomou posse em 22 de Março de 2006;

Maria José da Costa Parente Viseu, designada pelas associações de pais (CONFAP), tomou posse em 11 de Abril de 2006, substituindo Albino Pinto de Almeida;

Leonel Ascensão Morgadinho, designado pelas associações de estudantes do ensino superior universitário, tomou posse em 11 de Abril de 2006, substituindo Bruno Alexandre Victorino Carapinha;

Amândio Paulo Gomes Rodrigues, designado pelo Conselho Nacional de Juventude, tomou posse em 11 de Abril de 2006, substituindo Paulo Alexandre Dias de Vasconcelos Afonso;

José Manuel da Costa Pires de Moura, designado para novo mandato pelo Conselho Nacional de Juventude, tomou posse em 11 de Abril de 2006;

Ana Maria Dias Bettencourt, designada pelo Governo, tomou posse em 31 de Maio de 2006;

Amílcar José Martins Arantes, designado pelo Instituto Nacional de Administração, tomou posse em 20 de Julho de 2006, substituindo Manuel João Correia do Nascimento Pereira;

Alfredo Manuel Pires Simões, designado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, substituindo Alfredo Rodrigues Marques.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Educação apresenta a seguinte composição, num total de 67 membros em exercício efectivo de funções:

a) Um presidente, eleito pela Assembleia da República por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções — Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus;

b) Um representante por cada grupo parlamentar, a designar pela Assembleia da República:

PS — Luíz Manuel Fagundes Duarte;

PSD — José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro;

CDS/PP — João Rodrigo Pinho de Almeida;

PCP — Rita da Conceição Carraça Magrinho;

PEV — Joaquim Manuel Bonifácio da Costa;

BE — Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo;

c) Sete elementos a designar pelo Governo:

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral;

Bárcelo Paiva Campos;

Manuel José Jacinto Sarmento Pereira;

Maria Emília Brederode Rodrigues dos Santos;

Rosália Vargas Esteves Lopes da Mota;

Rui Manuel Leitão da Silva Santos;

Ana Maria Dias Bettencourt;

d) Um elemento a designar por cada uma das assembleias regionais das Regiões Autónomas:

Região Autónoma da Madeira — Jorge Moreira de Sousa;

Região Autónoma dos Açores — Victor Rui R. Bettencourt Dóres;

e) Um elemento a designar por cada uma das regiões administrativas:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte — Paula Cristina Novais Pereira dos Santos;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro — Alfredo Manuel Pires Simões (¹);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — António Alves da Silva Marques;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo — António Manuel Viana Afonso;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve — Joaquim José Brandão Pires;

f) Dois elementos a designar pela Associação Nacional de Municípios Portugueses:

Maria Gabriela Tsukamoto;

Paulo Alexandre Fernandes V. Simões Caldas;

g) Dois elementos a designar pelas universidades do Estado:

Fernando Jorge Rama Seabra Santos (reitor da Universidade de Coimbra);

Manuel José dos Santos Silva (reitor da Universidade da Beira Interior);

h) Um elemento a designar pelos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico — Luís Manuel Vicente Ferreira;

i) Dois elementos a designar pelos estabelecimentos públicos de ensino não superior:

Educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico — Maria da Conceição Martins Campos Dinis;

2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário — Davide Oliveira Castro Dias;

j) Dois elementos a designar pelas organizações sindicais:

UGT (União Geral de Trabalhadores) — Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas;

CGTP-IN (Confederação dos Trabalhadores Portugueses — Inter-sindical Nacional) — Agostinho Silveiro dos Santos Silva;

l) Dois elementos a designar pelas organizações patronais:

CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) — Daniel Soares de Oliveira;

CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) — Pedro Augusto Benrós d'Almeida Freire;

m) Dois elementos a designar pelas associações de pais:

FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos do Ensino Católico) — Domingos Xavier Filomeno Carlos Viegas;

CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais) — Maria José da Costa Parente Viseu;

n) Dois elementos a designar pelas associações sindicais de professores:

FENPROF (Federação Nacional dos Professores) — Paulo Oliveira Sucena;

FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação) — Maria da Conceição Alves Pinto;

o) Dois elementos a designar pelas associações de estudantes, sendo um em representação dos estudantes do ensino secundário e outro em representação dos estudantes do ensino superior:

Ensino secundário — aguarda designação;

Ensino superior universitário — Leonel Ascensão Morgadinho;

Ensino superior politécnico — Ivo Luís Azevedo da Costa Santos;

p) Um elemento a designar pelas associações de trabalhadores-estudantes — Mário Rui da Silva Mota;

q) Dois elementos a designar pelas associações científicas:

FEPASC (Federação Portuguesa das Associações e Sociedades científicas) — Jorge Miguel Luz Marques da Silva e Maria José Miranda;

r) Dois elementos a designar pelas associações pedagógicas:

APG (Associação de Professores de Geografia) — Emília Maria Salgueiro Sande Lemos;

APM (Associação de Professores de Matemática) — Maria Paula Mayer Garção Teixeira;

s) Dois representantes das fundações e associações culturais:

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento — Maria de Fátima Borges da Fonseca;

Centro Nacional de Cultura — Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes;

t) Dois elementos a designar pelas associações de ensino particular e cooperativo, sendo um deles em representação do ensino superior e outro do ensino não superior:

Ensino superior — Jacinto Jorge Carvalhal;

Ensino não superior — Inácio Gonçalves Rodrigues Casinhas;

u) Dois representantes do Conselho Nacional de Juventude:

Amândio Paulo Gomes Rodrigues;

José Manuel da Costa Pires de Moura;

v) Um elemento a designar pelas organizações confessionais — Querubim José Pereira da Silva;

x) Sete elementos cooptados pelo Conselho, de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções:

Adriano Moreira;

António Francisco C. Cachapuz;

Maria Odete Tereno Valente;

Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo;

António Costa Dias de Figueiredo;

Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva;

Rui Manuel V. Namorado Rosa;

z) Um representante da Academia de Ciências de Lisboa — Ilídio Peres do Amaral;

aa) Um representante da Academia Portuguesa de História — Maria Leonor Ribeiro da Fonseca Calixto Machado de Sousa;

bb) Um representante da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação — José Augusto de Brito Pacheco;

cc) Um representante das organizações não governamentais de mulheres — Dulce Oliveira Sousa Rebelo Fernandes;
 dd) Um representante do Conselho Nacional de Profissões Liberais — Fernando Jorge dos Ramos;
 ee) Um representante das instituições particulares de solidariedade social — António Pinto de Matos;
 ff) Um representante do Instituto Nacional de Administração — Manuel João Correia do Nascimento Pereira,
 gg) Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional — Francisco Caneira Madelino;

hh) Um representante das associações das escolas profissionais José Luís Diogo de Azevedo Presa;
 ii) Um representante do conselho dos laboratórios associados (CLA) — Arsélio Pato de Carvalho.

(¹) Embora já designado, aguarda-se a respectiva tomada de posse.

3.2 — Funcionamento do Conselho Nacional de Educação — a actividade interna do Conselho, durante o período de tempo a que se refere o presente relatório, compreendeu reuniões do plenário, da comissão coordenadora e das comissões especializadas permanentes.

Reuniões do CNE

(de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

Plenários	Comissão coordenadora	Comissões especializadas eventuais	Comissões permanentes					Seminários, conferências, colóquios, fóruns	Outras reuniões
			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª		
5	5	18 (*)	3	2	4	4	5	18	11 (**)

(*) 15 reuniões — comissão organizadora do debate nacional sobre educação; 3 reuniões — comissão eventual para a missão do CNE;
 (**) 8 audições (públicas e restritas), no âmbito do debate nacional sobre educação; 1 visita de delegação da Moldávia; 1 sessão de apresentação dos resultados da fase piloto de avaliação externa de escolas, 1 *workshop* «Estrutura e organização de educação de infância e básica».

3.2.1 — Plenários:

QUADRO II

Plenários

Ordem de trabalhos:

84.ª sessão, de 2 de Fevereiro:

- 1 — Aprovação dos relatos das 82.ª e 83.ª sessões plenárias.
- 2 — Informações.
- 3 — Cooptação de um membro do Conselho Nacional de Educação, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 3.º da lei orgânica do Conselho.
- 4 — Eleição do coordenador da 4.ª comissão especializada permanente.
- 5 — Apreciação do projecto de parecer sobre proposta de lei relativa ao «Sistema de Avaliação dos Manuais Escolares para os Ensinos Básico e Secundário».
- 6 — Debate nacional sobre educação e escola — ponto da situação.

85.ª sessão, de 23 de Fevereiro:

- 1 — Informações.
- 2 — Apreciação do projecto de parecer sobre proposta de lei relativa ao «Sistema de Avaliação dos Manuais Escolares para os Ensinos Básico e Secundário».
- 3 — Debate nacional sobre educação — estrutura e organização.

86.ª sessão, de 11 de Abril:

- 1 — Aprovação dos relatos das 83.ª, 84.ª e 85.ª sessões plenárias.
 - 2 — Informações.
 - 3 — Debate nacional sobre educação:
- Estrutura organizativa (comissão nacional e comissão organizadora);
 Áreas temáticas em torno das quais o debate se organizará;
 Calendário do debate e eventos associados à iniciativa;
 Participação dos conselheiros no debate nacional sobre educação.

4 — Outros assuntos.

87.ª sessão, de 27 de Junho:

- 1 — Aprovação do relato da 86.ª sessão plenária.
 - 2 — Informações.
 - 3 — Debate nacional sobre educação:
- Ponto da situação;
 Participação dos conselheiros nas actividades do debate.
- 4 — Missão do CNE face a desenvolvimentos induzidos pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

88.ª sessão, de 26 de Outubro:

- 1 — Aprovação do relato da 87.ª sessão plenária.
- 2 — Informações.

3 — Apreciação e votação do parecer sobre o estatuto e missão do CNE, elaborado e preparado na sequência das alterações legislativas que atribuem novas funções ao Conselho Nacional de Educação.

4 — Debate nacional sobre educação — actividades já desenvolvidas e previstas até final do ano.

3.2.2 — Comissão coordenadora — de acordo com a lei orgânica do CNE, a comissão coordenadora, coadjuvando o presidente, desenvolve funções a nível do planeamento, acompanhamento e realização das actividades do Conselho. A nível da composição da comissão coordenadora, registou-se o seguinte:

QUADRO III

Composição da comissão coordenadora

Presidente do Conselho Nacional de Educação — Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus.
 Coordenador da 1.ª comissão especializada permanente — Maria Odete Tereno Valente.
 Coordenador da 2.ª comissão especializada permanente — Joaquim Azevedo.
 Coordenador da 3.ª comissão especializada permanente — Domingos Xavier Filomeno Carlos Viegas.
 Coordenador da 4.ª comissão especializada permanente — Maria Emília Brederode dos Santos.
 Coordenador da 5.ª comissão especializada permanente — Paula Cristina Novais Pereira dos Santos.
 Secretário-geral — Manuel I. Miguéns.

QUADRO IV

Funcionamento da comissão coordenadora

Ordem de trabalhos:

De 5 de Janeiro:

- 1 — Informações.
- 2 — Seminário «Novas oportunidades».
- 3 — Seminário «Educação e autarquias».
- 4 — Debate nacional sobre a educação e a escola.
- 5 — Pedido de parecer referente ao Tratado Que Estabelece Uma Constituição para a Europa, incluindo protocolos, anexos e acta final.
- 6 — Outros assuntos.

De 16 de Fevereiro:

- 1 — Informações.
- 2 — Debate nacional sobre a educação.
- 3 — Outros assuntos.

De 16 de Março:

- 1 — Informações.
- 2 — Debate nacional sobre a educação:

Comissão nacional;
Comissão promotora;
Cooptação de membros para a comissão promotora;
Coordenação da comissão promotora;
Subtemas e questões para o debate;
Estrutura e organização do debate.

3 — Outros assuntos.

De 6 de Julho.

- 1 — Informações.
- 2 — Debate nacional sobre a educação:

Ponto da situação;
Participação dos conselheiros nas actividades do debate.

3 — Missão do CNE — face a desenvolvimentos induzidos pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

4 — Preparação da agenda de trabalhos do CNE até ao final de 2006 (para além do debate nacional).

De 5 de Setembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Missão do CNE — análise do documento.
- 3 — Pedido de parecer sobre o relatório nacional do projecto da OCDE «Improving School Leadership».

3.2.3 — Comissões especializadas:

3.2.3.1 — Comissões especializadas permanentes — os membros do Conselho participam, com direito a voto, no máximo, em duas comissões permanentes. Em 2006, a actividade das comissões centrou-se essencialmente na organização do debate nacional sobre educação, e envolveu muitos conselheiros que participaram em diversos debates de iniciativa interna e externa, em diferentes zonas do País.

A seguir, indica-se a composição e sumaria-se o funcionamento de cada uma das comissões.

1.ª comissão especializada permanente

Educação pré-escolar e básica

QUADRO V

Composição da 1.ª comissão

Conselheiros:

Odete Tereno Valente (coordenadora).
António Manuel Viana Afonso.
António Pinto de Matos.
Arsélio Pato de Carvalho (observador).
Dulce Rebelo.
Inácio Gonçalves Rodrigues Casinhas.
Joaquim José Brandão Pires.
José Augusto de Brito Pacheco.
Luiz Manuel Fagundes Duarte.
Manuel José Jacinto Sarmento Pereira.
Maria da Conceição Martins Campos Dinis.
Maria Gabriela Tsukamoto.
Maria José da Costa Parente Viseu.
Maria Paula Mayer Garção Teixeira.
Paula Cristina Novais Pereira dos Santos.
Querubim José Pereira da Silva.
Rita da Conceição Carraça Magrinho.
Rosália Vargas Esteves Lopes da Mota.

QUADRO VI

Funcionamento da 1.ª comissão

Ordem de trabalhos:

De 30 de Março:

- 1 — Debate nacional sobre educação — formas de envolvimento desta comissão.
- 2 — Ponto de situação da actividade desta comissão e plano de actividades a desenvolver até ao fim do ano de 2006.

De 31 de Outubro:

- 1 — Breve apresentação dos resultados do estudo piloto de avaliação externa das escolas, com a presença do Prof. Doutor Pedro

Guedes de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho para a avaliação das escolas.

- 2 — Discussão e perspectivas de trabalho futuro.

De 13 de Dezembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Apreciação do documento sobre o anteprojecto de decreto-lei «Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência», elaborado pelos conselheiros António Francisco Cachapuz e Paula Teixeira.

2.ª comissão especializada permanente

Ensino secundário e formação qualificante

QUADRO VII

Composição da 2.ª comissão

Conselheiros:

Joaquim Azevedo (coordenador).
Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo.
António Alves da Silva Marques.
Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas.
Davide Oliveira Castro Dias.
Emília Maria Salgueiro Sande Lemos.
Francisco Caneira Madelino.
Jacinto Jorge Carvalhal.
Jorge Moreira de Sousa.
José Luís Diogo de Azevedo Presa.
José Manuel da Costa Pires de Moura.
Maria José da Costa Parente Viseu.
Maria Odete Tereno Valente.
Paula Cristina Novais Pereira dos Santos (observadora).
Rita da Conceição Carraça Magrinho.
Rui Manuel Leitão da Silva Santos.
Vítor Rui R. Bettencourt Dorez.

QUADRO VIII

Funcionamento da 2.ª comissão

De 31 de Outubro:

- 1 — Breve apresentação dos resultados do estudo piloto de avaliação externa das escolas, com a presença do Prof. Doutor Pedro Guedes de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho para a avaliação das escolas.
- 2 — Discussão e perspectivas de trabalho futuro.

De 13 de Dezembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Apreciação do documento sobre o anteprojecto de decreto-lei «Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência», elaborado pelos conselheiros António Francisco Cachapuz e Paula Teixeira.

3.ª comissão especializada permanente

Ensino superior e investigação científica

QUADRO IX

Composição da 3.ª comissão

Conselheiros:

Domingos Xavier Filomeno Carlos Viegas (coordenador).
Adriano Moreira.
Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral.
Amândio Paulo Gomes Rodrigues.
Amílcar José Martins Arantes.
António Francisco C. Cachapuz.
Arsélio Pato de Carvalho.
Dulce Rebelo.
Fernando Jorge Rama Seabra Santos.
Fernando Jorge dos Ramos.
Ilídio Peres do Amaral.
Ivo Luís Azevedo da Costa Santos.
Jacinto Jorge Carvalhal.
João Rodrigo Pinho de Almeida.
Joaquim Manuel Bonifácio da Costa.
Jorge Miguel Luz Marques da Silva.
José Augusto de Brito Pacheco.
José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro.
Leonel Ascensão Morgadinho.
Luís Manuel Vicente Ferreira.

Luiz Manuel Fagundes Duarte.
Manuel José dos Santos Silva.
Maria da Conceição Alves Pinto.
Maria de Fátima Borges da Fonseca.
Maria José Miranda.
Maria Leonor Ribeiro da Fonseca Calixto Machado de Sousa.
Mário Rui da Silva Mota.
Paulo Alexandre Fernandes V. Simões Caldas.
Pedro Augusto Benrós d'Almeida Freire.
Rui Manuel Leitão da Silva Santos.
Rui Manuel V. Namorado Rosa.
Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva.

QUADRO X

Funcionamento da 3.ª comissão

Ordem de trabalhos.

De 17 de Janeiro:

- 1 — Informações.
- 2 — Legislação regulamentar da Lei de Bases da Educação.
- 3 — Preparação do debate nacional sobre educação.
- 4 — Outros assuntos.

De 16 de Março:

- 1 — Informações.
- 2 — Avaliação do ensino superior.
- 3 — Debate nacional sobre educação.
- 4 — Outros assuntos.

De 3 de Outubro:

- 1 — Informações.
- 2 — Debate nacional sobre educação.
- 3 — O Processo de Bolonha.
- 4 — Outros assuntos.

De 13 de Dezembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Apreciação do documento sobre o anteprojecto de decreto-lei «Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência», elaborado pelos conselheiros António Francisco Cachapuz e Paula Teixeira.

4.ª comissão especializada permanente

Educação e formação ao longo da vida

QUADRO XI

Composição da 4.ª comissão

Conselheiros:

Maria Emília Brederode dos Santos (coordenadora).
Adriano Moreira.
António Manuel Viana Afonso.
Arsélio Pato de Carvalho.
Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas.
Daniel Soares de Oliveira.
Emília Maria Salgueiro Sande Lemos.
Fernando Jorge dos Ramos.
Francisco Caneira Madelino.
Ivo Luís Azevedo da Costa Santos.
Joaquim Azevedo.
José Luís Diogo de Azevedo Presa.
José Manuel da Costa Pires de Moura.
Leonel Ascensão Morgadinho.
Luís Manuel Vicente Ferreira.
Maria Gabriela Tsukamoto.
Maria José Miranda.
Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes.
Mário Rui da Silva Mota.
Pedro Augusto Benrós d'Almeida Freire.

QUADRO XII

Funcionamento da 4.ª comissão

Ordem de trabalhos:

De 20 de Abril:

Informações;

Ponto da situação da actividade desta comissão e plano de actividades a desenvolver até ao fim do ano de 2006;

Debate nacional sobre educação — formas de envolvimento e possíveis contributos desta comissão.

De 29 de Junho:

1 — Informações.

2 — Audição sobre o programa «Novas oportunidades». Para isso, foi convidada a participar nesta reunião a Dr.ª Alexandra Figueiredo, presidente da comissão instaladora da Direcção-Geral de Formação Profissional.

De 20 de Julho — troca de informações relativa ao(s) seminário(s) a organizar em Setembro por conselheiros da 4.ª comissão, no âmbito do debate nacional sobre educação.

De 28 de Setembro:

Leitura e aprovação da acta da reunião anterior.

Informações.

Preparação dos próximos debates.

5.ª Comissão especializada permanente

Análise e acompanhamento global da educação

QUADRO XIII

Composição da 5.ª comissão

Conselheiros:

Paula Cristina Novais Pereira dos Santos (coordenadora).
Agostinho Silveiro dos Santos Silva.
Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo.
Amândio Paulo Gomes Rodrigues.
Ana Maria Dias Bettencourt.
António Pinto de Matos.
Bártolo Paiva Campos.
Domingos Xavier Viegas (observador).
Fernando Jorge Rama Seabra Santos.
Francisco Caneira Madelino (observador).
Ivo Luís Azevedo da Costa Santos (observador).
João Rodrigo Pinho de Almeida.
Joaquim José Brandão Pires.
Jorge Miguel Luz Marques da Silva.
Jorge Moreira de Sousa.
Maria Emília Brederode Rodrigues dos Santos.
Maria José da Costa Parente Viseu (observadora).
Maria Odete Tereno Valente.
Maria Paula Mayer Garção Teixeira.
Paulo Alexandre Fernandes V. Simões Caldas.
Paulo Oliveira Sucena.
Querubim José Pereira da Silva.
Rosália Vargas Esteves Lopes da Mota.
Rui Manuel V. Namorado Rosa.

QUADRO XIV

Funcionamento da 5.ª comissão

Ordem de trabalhos:

De 30 de Março.

Debate nacional sobre educação — formas de envolvimento desta comissão;

Ponto da situação da actividade desta comissão e plano de actividades a desenvolver até ao fim do ano de 2006.

De 19 de Abril — debate nacional sobre educação — uma primeira abordagem a partir do estudo «Concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio da educação».

De 4 de Maio — participação dos jovens no debate nacional sobre educação.

De 9 de Outubro — avaliação das escolas — ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da 5.ª comissão e perspectivas de trabalho.

De 31 de Outubro:

1 — Breve apresentação dos resultados do estudo piloto de avaliação externa das escolas, com a presença do Prof. Doutor Pedro Guedes de Oliveira, coordenador do grupo de trabalho para a avaliação das escolas.

2 — Discussão e perspectivas de trabalho futuro.

3.2.3.2 — Comissões especializadas eventuais:

A — Comissão organizadora do debate nacional sobre educação

QUADRO XV

Composição da comissão organizadora do DNE

Presidente — Júlio Pedrosa.
Secretário-geral — Manuel I. Miguéns.
Conselheiros:

Joaquim Azevedo.
António Dias Figueiredo.
Bártolo Paiva Campos.
Davide Castro Dias.
Domingos Xavier Viegas.
Ivo Santos.
Jacinto Jorge Carvalhal.
Maria da Conceição Dinis.
Maria Emília Brederode Santos.
Maria Odete Valente.
Paula Santos.
Rosália Vargas.

QUADRO XVI

Funcionamento da comissão organizadora do DNE

Ordem de trabalhos:

De 22 de Março:

- 1 — Composição da comissão nacional do debate.
- 2 — Estruturação do debate em cada uma das áreas temáticas.
- 3 — Organização e estrutura do debate nacional.

De 30 de Março:

- 1 — Informações.
- 2 — Comissão nacional do debate nacional sobre educação (DNE):

Composição;
Papel e funções.

- 3 — Direcção e organização do DNE:

Director/coordenador/comissário nacional;
Papel e funções do comissário nacional do DNE;
Articulação com o CNE e com a comissão nacional do DNE;
Papel e funções da comissão organizadora.

- 4 — Preparação do lançamento do DNE:

Sítio do debate — consulta a empresas;
Plano de acção e calendarização do debate;
Documento de referência do DNE.

De 6 de Abril:

- 1 — Informações.
- 2 — Documento interno de orientação dos trabalhos do DNE.
- 3 — Proposta de plano de acção.

De 11 de Abril — ponto da situação.

De 20 de Abril:

- 1 — Análise do documento de referência para o debate.
- 2 — Análise do plano de acção.
- 3 — Análise dos documentos já elaborados sobre as várias áreas temáticas e respectivas perguntas para o debate.
- 4 — Outros assuntos.

De 27 de Abril:

- 1 — Informações.
- 2 — Apresentação da nova versão do documento de referência.
- 3 — Aprovação de estudos a encomendar.
- 4 — Análise da listagem de individualidades a ouvir numa 1.ª fase.
- 5 — Portal, estrutura principal e outros aspectos mais urgentes.
- 6 — Aprovação do logótipo e linha gráfica.
- 7 — Sugestões de *sponsors* privados.
- 8 — Outros assuntos.

De 4 de Maio:

- 1 — Lançamento do debate (AR, Porto e Lisboa).
- 2 — Revisão dos textos das áreas temáticas.
- 3 — Inquéritos e sondagens.

- 4 — Comunicação e imagem.
- 5 — Portal.
- 6 — Dinamização dos debates por áreas temáticas.
- 7 — Outros assuntos.

De 11 de Maio:

- 1 — Informações.
- 2 — Seminários de lançamento do debate nacional sobre educação.
- 3 — Seminários temáticos.
- 4 — Sítio do debate.
- 5 — Outros assuntos.

De 18 de Maio:

- 1 — Informações.
- 2 — Balanço dos seminários do Porto e de Lisboa.
- 3 — Preparação dos seminários de Junho.
- 4 — Balanço do sítio do debate.
- 5 — Relações com a comunicação social.
- 6 — Balanço dos estudos encomendados.
- 7 — Inquéritos junto dos jovens — ponto de situação.

De 8 de Junho:

- 1 — Informações.
- 2 — Deslocação do CNE à comissão parlamentar de educação.
- 3 — Balanço dos seminários realizados entre 19 e 23 de Junho.
- 4 — Programa de audições a realizar pelo CNE em Julho.
- 5 — O CNE e os meios de comunicação social.
- 6 — Participação da CO do debate nas várias iniciativas descentralizadas.
- 7 — Balanço da participação no sítio da Internet.
- 8 — Articulação entre cada área temática e assessoria do CNE.
- 9 — Ponto de situação dos estudos.

De 6 de Julho:

- 1 — Informações.
- 2 — Resultados dos contactos com os órgãos de comunicação social e próximas iniciativas.
- 3 — Recolha de depoimentos de personalidades (ponto de situação e próximas iniciativas).
- 4 — Iniciativas de debate público do CNE para o DNE (Setembro e Outubro).
- 5 — Iniciativas de outras entidades para o DNE (ponto de situação e distribuição das presenças de membros do CNE).
- 6 — Estudos de apoio ao DNE, pontos de situação.
- 7 — Sítio do DNE na *web* (revisões necessárias).
- 8 — Outros assuntos.

De 5 de Setembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Próximas iniciativas do CNE (audições, iniciativas descentralizadas, etc.).
- 3 — Programa de iniciativas por área temática (à semelhança do que a área 4 já apresentou).
- 4 — Informação e comentário crítico sobre as acções de outras entidades.
- 5 — Cooperação com a AR.
- 6 — Análise da evolução do sítio na Internet.
- 7 — Alargamento do prazo até fim de Dezembro.
- 8 — Análise do DNE em plenário para balanço a meio do debate.
- 9 — Envolvimento dos órgãos de comunicação social.
- 10 — Outros pontos.

De 28 de Setembro:

- 1 — Informações.
- 2 — Debates de iniciativa do CNE.
- 3 — Outros debates, ponto de situação e análise.
- 4 — Áreas ainda não cobertas pelo DNE e medidas a tomar.
- 5 — Sítio do DNE.
- 6 — O DNE nos órgãos de comunicação social.
- 7 — Inquérito aos jovens via *net*.
- 8 — Estudos e debates sobre a LBSE.
- 9 — Outros assuntos.

De 2 de Novembro:

- 1 — Discussão do documento «Lei de Bases do Sistema Educativo 1986-2006 — 20 anos de evolução».
- 2 — Balanço dos debates realizados.
- 3 — Inquérito aos alunos.
- 4 — Programação das iniciativas do DNE para Dezembro e Janeiro.

5 — Outros assuntos.

De 28 de Novembro:

- 1 — Discussão do documento «Lei de Bases do Sistema Educativo 1986-2006 — 20 anos de evolução».
- 2 — Balanço dos debates realizados.
- 3 — Inquérito aos alunos.
- 4 — Programação das iniciativas do DNE para Dezembro e Janeiro.
- 5 — Outros assuntos.

B — Comissão eventual para a missão do Conselho Nacional de Educação

Os conselheiros que integraram esta comissão, Adriano Moreira, Amílcar José Martins Arantes, Jacinto Jorge Carvalho e Rui de Alarcão e Silva, elaboraram um documento sobre «O estatuto e a missão do CNE» que foi submetido à aprovação do plenário em 26 de Outubro de 2006.

3.2.5 — Assessoria técnica e administrativa — a assessoria técnica e administrativa prestou apoio às actividades do Conselho, designadamente nos planos técnico-pedagógico, de documentação, secretariado, expediente, contabilidade e arquivo.

Na área das tarefas técnico-pedagógicas, poder-se-á referir a participação na concepção e no apoio ao desenvolvimento das actividades do Conselho, quer do foro interno (reuniões do plenário e das comissões especializadas), quer abertas ao exterior (conferências, seminários, colóquios, debates, etc.). Essa participação traduziu-se na formulação de informações e propostas, verbalmente e por escrito, na elaboração de relatos das reuniões, na pesquisa e distribuição de documentos, na redacção de quadros e notas de síntese, etc.

Mas outras numerosas tarefas, de índole mais administrativa, decorreram ao longo do ano, em vertentes como as seguintes: composição e montagem de textos para publicação, gestão do sistema de informação contabilística, processamento, em computador, de documentos e mensagens, organização de *dossiers*, atendimento e encaminhamento do público, etc.

No que respeita ao Centro de Documentação, prosseguiu a publicação regular dos boletins relativos a «Monografias» e «Periódicos», procedeu-se à catalogação e indexação das monografias (em suporte informático PORBASE, 4), assegurou-se o apoio à actividade editorial do CNE, à difusão, distribuição e venda das publicações editadas, e bem assim ao atendimento dos utentes.

Entretanto, o sítio do CNE na Internet (www.cnedu.pt) manteve essencialmente as mesmas valências do ano anterior, continuando a disponibilizar *online* todos os pareceres e recomendações emitidos pelo Conselho, permitindo a sua consulta e *download*. Foi-lhe, no

entanto, acrescentado um *link* para o *site* do DNE. A realização do DNE obrigou à criação de um *site* específico, alojado no endereço www.debatereducacao.pt, cuja informação foi permanentemente actualizada durante o período em que decorreu o debate.

Tendo por base a necessidade de melhorar a imagem do CNE e do respectivo *site*, foi estabelecido um contrato com a empresa Simbiose — Sistemas e Tecnologias da Informação, com vista à concepção e desenvolvimento de uma nova *homepage*.

As publicações do CNE podem ser adquiridas nas instalações do Conselho, nas livrarias da FNAC ou ainda através de pedido endereçado pelas vias mais convencionais (carta, telefone ou fax) ou por correio electrónico.

No decurso de 2006, procedeu-se, sempre que era caso disso, à renovação dos mandatos, ou à organização de processos conducentes a novos actos de designação de membros do Conselho, de acordo com o que se encontra estabelecido na respectiva lei orgânica.

A assessoria funcionou sob a coordenação do secretário-geral, funções essas que continuaram a ser exercidas pelo Prof. Doutor Manuel I. Miguéns.

QUADRO XVII

Assessoria técnica e administrativa:

Pessoal requisitado:

Técnico de 1.ª classe — 1;
Assistente administrativo especialista — 1;
Assistente administrativo principal — 1;
Motorista de ligeiros — 1.

Pessoal afecto:

Assessores principais — 2;
Assistente administrativo especialista — 1;
Auxiliar de acção educativa — 1;
Professores — 2.

Pessoal contratado:

Secretária — 1.

Pessoal de limpeza e outro:

Auxiliar de limpeza — 2;
Auxiliar administrativo — 1.

4 — Orçamento e execução financeira.

QUADRO XVIII

(Em euros)

2006	Orçamentado (*)	Gasto	
		Montante	Percentagem
Pessoal	439 674	383 118	87,1
Consumos correntes	256 561	251 112	97,9
Maquinaria/equipamento	20 850	20 638	99
<i>Total</i>	717 085	654 868	91,3

(*) Os montantes indicados incluem os reforços orçamentais decorrentes de uma acção específica (debate nacional sobre educação) para o qual o CNE foi mandatado pela Resolução n.º 4/2006, da Assembleia da República, de 19 de Janeiro.

5 — Conclusão — no ano de 2006, a actividade do CNE foi dominada pela organização do debate nacional sobre educação. Organizado em seis áreas temáticas (educação e cidadania; qualidade e equidade em educação; escolas, professores e outros profissionais; aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego; ciência, investigação e desenvolvimento educativo; medidas e metas), o DNE motivou a realização da maior parte dos seminários, conferências e audições realizados ao longo de 2006 e envolveu um elevado número de conselheiros que aceitaram participar em debates de iniciativa interna e externa, realizados na sede do CNE e em todas as regiões do País.

No âmbito do DNE, realizaram-se cerca de 150 debates de iniciativa externa para os quais o CNE deu o seu contributo, sempre que solicitado, facultando materiais de divulgação e assegurando a participação de conselheiros nas sessões de debate.

A realização deste amplo debate nacional, que teve o seu início em 22 de Maio de 2006, exigiu também um trabalho de acompanhamento, recolha, análise e síntese de documentos produzidos neste âmbito, que envolveu a comissão organizadora e outros conselheiros.

A emissão de pareceres e recomendações, enquanto expressão da actividade principal do Conselho traduziu-se, em 2006, na emissão do parecer sobre o «Anteprojecto de proposta de lei relativo ao sistema de avaliação de manuais escolares para os ensinos básico e secundário», aprovado na 85.ª reunião plenária, em 23 de Fevereiro, e do parecer sobre «O estatuto e a missão do CNE», aprovado na 88.ª reunião do CNE, em 26 de Outubro.

Assinala-se também a apreciação do anteprojecto de decreto-lei sobre «Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência» elaborada pelos conselheiros António Francisco Cachapuz e Paula Teixeira, a qual mereceu a concordância das 1.ª, 2.ª e 3.ª comissões, em reunião realizada a 13 de Dezembro.

Para além desta linha fundamental de intervenção, o Conselho deu continuidade a outras iniciativas, como a realização de estudos e a organização de seminários e colóquios. Estas iniciativas são, por um lado, subsidiárias da actividade principal, servindo a uma melhor fundamentação das posições do CNE em matérias de política educativa a que é chamado a dar parecer, mas por outro lado, permitem que

se abra o debate à sociedade civil, se contribua para a formação de opinião esclarecida, e se promova e estimule a produção de investigação e conhecimento sobre matérias educativas.

Os estudos concluídos em 2006 decorreram da realização do DNE, tendo servido para informar o debate e fundamentar as suas conclusões, e incidiram sobre «Indicadores do sistema educativo português 1986-2006», «A educação em Portugal (1986-2006) — Alguns contributos de investigação» e ainda sobre «A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986-2006) — Linhas para uma revisão da lei».

No sentido de partilhar e divulgar os resultados da sua actividade e dando continuidade à sua política de edições, o CNE publicou os pareceres por ele emitidos em 2005.

Ao longo de 2006, o CNE desenvolveu igualmente a cooperação a nível externo, em particular no quadro da EUNEC — Rede Europeia dos Conselhos de Educação, tendo participado em diversas reuniões.

31 de Dezembro de 2006. — O Presidente, *Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária Dr. Bernardino Machado

Aviso n.º 13 017/2007

Por despacho do presidente do conselho executivo de 22 de Maio de 2007, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, foi nomeada para o exercício de funções de chefe de serviços de administração escolar da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Bernardino Machado, com efeitos a 22 de Maio de 2007, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, Graça Maria Mendes Carvalho, assistente de administração escolar, a exercer funções neste estabelecimento de ensino.

22 de Maio de 2007. — O Presidente Conselho Executivo, *Rui Manuel Ramos Carvalho*.

Escola Secundária Homem Cristo

Despacho n.º 15 651/2007

Por despacho de 8 de Novembro de 2006 da presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do despacho n.º 23 189/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219,

de 14 de Novembro de 2006, foi transferida, nos termos do Decreto-Lei n.º 20/2006, e em resultado do concurso aberto pelo aviso n.º 2174-A/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006, a professora do quadro de nomeação definitiva, do grupo 410, Maria Joaquina Soares Vieira, do quadro da zona pedagógica — Coordenação da Área Educativa do Porto (código 13), para o quadro da zona pedagógica — Coordenação da Área Educativa de Aveiro (código 01), com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

18 de Abril de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Judite Sousa Pereira de Carvalho*.

Agrupamento de Escolas de Pampilhosa

Despacho n.º 15 652/2007

Hernâni de Jesus Pereira, presidente do conselho executivo, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 23 189/2006, do director regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 14 de Novembro de 2006, homologou os contratos referentes ao ano lectivo de 2006-2007 dos docentes com contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro, abaixo discriminados:

Carla Margarida Rocha Martins.
Luís Manuel Frias Rato Martins.
Maria Manuela Fernandes Costa Pereira.
Sandra Isabel Santos Afonso.
Selene Maria Pinto Rodrigues.

11 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Hernâni de Jesus Pereira*.

Despacho n.º 15 653/2007

Por despacho do presidente do conselho executivo de 11 de Junho, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do despacho n.º 23 189/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 14 de Novembro de 2006, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, foram transferidos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro, na versão republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 20/2005, de 19 de Janeiro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 64.º e do artigo 65.º do ECD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, os professores do quadro de nomeação definitiva abaixo indicados:

Grupo	Nome	Do QZP	Código	Para a Escola	Código
110	Carla Maria Paula Magalhães Henriques	Coimbra	06	EB 2, 3 Pampilhosa	342506
110	Elisabete Maria França Gonçalves Lucas.	Coimbra	06	EB 2, 3 Pampilhosa	342506

11 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Hernâni de Jesus Pereira*.

Escola Secundária de Pombal

Aviso (extracto) n.º 13 018/2007

Torna-se pública a listagem dos contratos de professores não efectivos relativos ao ano escolar de 2005-2006, homologados por despacho do coordenador educativo de Leiria:

Escola Secundária de Pombal (código 400634)

Nome	Grupo (código)
Dália Catarina Carreira Leal Rocha	1.º (11)
Susana Isabel Pires dos Santos Henriques ...	1.º (11)
Sandra Batista da Silva	1.º (11)
Susana Clara Monteiro Oliveira	2.º-A (12)
Maria Lisete Correia da Vinha Matos	4.º-A (15)
Sandra Sofia Almeida Mendes	4.º-A (15)
Sílvia Faveiro Costa	4.º-A (15)
Alexandre Miguel de Alves Antunes André ...	4.º-A (15)
Ana Isabel Coelho Leandro	5.º (17)

Nome	Grupo (código)
Cátia Vivilde Ferreira Pereira Lagoa	5.º (17)
Domingas Fernanda Martins Marques Morgado	6.º (18)
Cláudio Alexandre Duarte Henriques	7.º (19)
Eurico Manuel Carreiro Machado Costa	7.º (19)
Célia Cristina Martins dos Santos Freire	8.º-B (21)
José Carlos Guerreiro Vinagre	8.º-B (21)
Regina Maria de Oliveira Rodrigues	8.º-B (21)
Aldina dos Reis Furtado Varela	10.º-A (23)
Inês Isabel Moreira Paiva Caseiro	10.º-A (23)
Fernanda Isabel Mota de Campos	10.º-B (24)
Isabel Maria Marques Ribeiro de Sá Couto ...	11.º-A (25)
Rita Sofia Ramalho Santos	11.º-B (26)
Maria da Graça Fernandes Cardoso Barroso ...	11.º-B (26)
Cristina Maria Alves Rodrigues	12.º-B (28)
Paulo Jorge dos Santos Bernardo	Educação Física (38)
António Manuel Mota das Neves	Informática (39)
Elisabete da Cunha Cordeiro	Informática (39)